

## **4. LEI N.º 12.275/2010 (NOVA LEI DO AGRAVO DE INSTRUMENTO): EFETIVIDADE JURISDICIONAL X AMPLA DEFESA**

Lucas Emmanuel Silveira Camêlo<sup>1</sup>

### **1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Inicialmente, insta explicitar que as presentes linhas não almejam esgotar ou esmiuçar os mandamentos legais referentes ao instituto jurídico do agravo de instrumento, nem muito menos os preceitos insculpidos na nova lei n.º 12.275/2010, pelo contrário, têm o fito de levantar uma reflexão jurídica sobre os “benefícios e malefícios” do aludido regramento jurídico, no que tange à efetividade jurisdicional, bem como, noticiar a sua vigência para aqueles operadores do direito e jurisdicionados que porventura ainda não saibam da sua vigência normativa.

### **2 BREVES LINHAS SOBRE A LEI 12.275/2010**

O agravo de instrumento, no que tange à seara juslaboralista, encontra-se positivado no art. 897, “b” da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Ante a auto-explicatividade do aludido preceptivo legal, nos absteremos de transcrevê-lo nessa oportunidade. Por outro lado, calha timbrar nessa oportunidade a conceituação do apelo de instrumento, nos dizeres do jurista Carlos Henrique Bezerra Leite (2009, p.730):

o agravo de instrumento é utilizado no processo do trabalho de forma diversa do processo civil. Neste, o agravo de instrumento (ou retido) é o recurso aviado contra as decisões interlocutórias em geral (CPC, art. 522); naquele, somente é cabível, no prazo de oito dias, dos despachos que denegarem a interposição de recursos (CLT, art. 897,b).

Em síntese, pode-se asseverar que o apelo de instrumento trabalhista é aquele que pode ser

---

<sup>1</sup>Pós-graduado em Direito Processual Civil. E-MAIL: lucasesc20@hotmail.com  
Av. Dom Pedro I, Empresarial Holanda Center I, 4º andar, sala 402 – João Pessoa - PB

manejado contra as decisões que denegam seguimento a recurso ordinário, de revista, extraordinário, adesivo, de petição, bem assim as decisões judiciais que denegam seguimento ao próprio remédio recursal de instrumento.

Com efeito, insta consignar que, no que se refere ao cabimento do agravo de instrumento, a IN – Instrução Normativa n. 16/1999, item II, reafirma a limitação do seu cabimento, no processo do trabalho, aos despachos que denegarem a interposição de recurso (art. 897, alínea “b” da CLT).

Após a sucinta análise acima, faz-se necessário tecer alguns comentários quanto a Lei 12.275/2010, que teve sua gênese no Projeto de Lei n.º 5468/2009, do Deputado Federal Regis de Oliveira (PSC-SP), cuja sanção se deu pelo Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, no dia 29 de junho de 2010. Frise-se que o Ministro Presidente do TST, Milton de Moura França teve grande contribuição na aprovação da supracitada norma, pois além de ter elaborado a minuta de alteração da CLT, no tocante ao capítulo de recursos, participou de várias audiências públicas na Câmara e no Senado Federal com o objetivo de esclarecer eventuais dúvidas sobre a proposição e reiterar pedidos de apoio para aprovação da matéria.

Sublinhe-se por oportuno, que o Projeto de Lei n.º 5468/2009 tramitou na Câmara dos Deputados perante a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), com início em 29.06.2009 e aprovação em 04.11.2009, tendo como relator o Deputado Roberto Santiago (PV-SP). Depois foi remetido a Comissão de Cidadania, Constituição e Justiça (CCJ), iniciando-se o seu trâmite em 11.11.2009, com aprovação em 27.04.2010, tendo como Relator o Deputado Flavio Dino (PCdoB-MA). O Relator da redação final, na Câmara dos Deputados, foi o deputado Marçal Filho (PMDB-RS).

Em 05.05.2010, a matéria ingressou no Senado Federal como Projeto de Lei da Câmara 46/2010. No dia seguinte, foi feita a leitura do Projeto em Plenário e, na sequência, foi encaminhada às seguintes Comissões: Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com início em 06.05.2010 e aprovação, por unanimidade, em 25.05.2010, tendo como relator o senador Paulo Paim (PT-RS). Ato contínuo, remeteu-se à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na qual também foi aprovada, por unanimidade, em 26.05.2010, tendo como relator o senador Marco Maciel (DEM/PE) e relator /ad hoc/ o senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

Nessa senda, cumpre destacar que o aludido diploma normativo é composto de apenas 03 (três) artigos, tendo o último sido vetado, conforme veremos adiante. Assim, surge no sistema normativo pátrio imbuído dos nobres objetivos de conceder ao cidadão/jurisdicionado uma Justiça mais célere, econômica e efetiva, em plena sintonia com os anseios da população do século XXI e com o postulado da razoável duração do processo, preceito este elevado ao patamar de direito e garantia fundamental, conforme se infere do inciso LXXVIII, da Carta Cidadã de 1988.

Com efeito, não obstante o momento político (ano eleitoral) e cultural (copa do mundo de futebol) quando da sanção da inovação legislativa ora em comento, a concisa compilação normativa com certeza imprimirá uma grande mudança no sistema recursal constante da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, e terá uma grande repercussão no dia-a-dia forense trabalhista, pois no dia 13 de agosto de 2010 (45 dias após a sua publicação no Diário Oficial da União que se deu no dia 30 de junho do corrente), começou a vigorar, surtindo-se os seus jurídicos e legais efeitos, sendo certo que contribuirá de forma significativa com a Prestação Jurisdicional Laboral, que diga-se de passagem é a mais dinâmica e célere do nosso país.

Nesse norte, debruçando-nos sobre o teor do art. 1º da lei n.º 12.275 de 2010, de logo, percebe-se que o legislador pátrio alterou a redação do inciso I do § 5º do art. 897, do Diploma Celetista, senão vejamos a antiga e nova redação, respectivamente:

Art.897 (...)

§ 5º

Inc. I. obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, da comprovação do depósito recursal e do recolhimento das custas;

Art.897 (...)

§ 5º

Inc. I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, **do depósito recursal referente ao recurso que se pretende destrancar, da comprovação do recolhimento das custas e do depósito recursal a que se refere o § 7º do art. 899 desta Consolidação;**

(grifo nosso)

Pois bem, aliada a inteligência do novel inciso I, do § 5º art. 897 Celetado, insta imprimir uma interpretação sistemática com o § 7º, dispositivo 899 da CLT, introduzida nessa norma positivada através do art. 2º da Lei ora em análise, onde preconiza que:

7º No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.” (NR)

Dessarte, verifica-se que a aludida alteração legiferante tornou obrigatório o pagamento prévio de depósito recursal para a interposição de agravo de instrumento na Justiça Obreira Brasileira.

Outrossim, pontilhe-se que o art. 3º da Lei n.º 12.275/2010 foi revogado, pois a sua literalidade aduzia que a supracitada lei entraria em vigor na data da sua publicação, todavia, por motivo de relevância e maior publicidade da referida norma, determinou-se um prazo de 45 dias de

*vacatio legis*, conforme explicitado anteriormente.

De igual modo, é de sobrelevar importância explicitar, que no dia 13 de agosto de 2010 o TST elaborou a Resolução n.º 168, na qual atualizou a Instrução Normativa n.º 3, de 15 de março de 1993, a qual versa sobre depósito recursal. Desta feita, ante a importância das modificações regulamentadas pelo referido instrumento normativo, pedimos vênica para transcrever alguns trechos do seu conciso conteúdo, porém, de grande aperfeiçoamento e relevo para o dia-a-dia forense, vejamos:

Art. 1º Os itens I, II, a, b, c, d, e, f, g e h, III, VI e VIII da Instrução Normativa n.º 3 passam a vigorar com a seguinte redação:

*“I – Os depósitos de que trata o art. 40, e seus parágrafos, da Lei n.º 8.177/1991, com a redação dada pelo art. 8º da Lei n.º 8.542/1992, e o depósito de que tratam o § 5º, I, do art. 897 e o § 7º do art. 899, ambos da CLT, com a redação dada pela Lei n.º 12.275, de 29/6/2010, não têm natureza jurídica de taxa de recurso, mas de garantia do juízo recursal, que pressupõe decisão condenatória ou executória de obrigação de pagamento em pecúnia, com valor líquido ou arbitrado.*

*II – No processo de conhecimento dos dissídios individuais o valor do depósito é limitado a **R\$5.889,50 (cinco mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)**, ou novo valor corrigido, para o recurso ordinário, e a **R\$11.779,02 (onze mil, setecentos e setenta e nove reais e dois centavos)**, ou novo valor corrigido, para cada um dos recursos subsequêntes, isto é, de revista, de embargos (ditos impropriamente infringentes) e extraordinário, para o Supremo Tribunal Federal, observando-se o seguinte:*

*a) para o recurso de agravo de instrumento, o valor do “depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar”;*

*III - Julgada procedente ação rescisória e imposta condenação em pecúnia, será exigido um único depósito recursal, até o limite máximo de **R\$11.779,02 (onze mil, setecentos e setenta e nove reais e dois centavos)**, ou novo valor corrigido, dispensado novo depósito para os recursos subsequêntes, salvo o depósito do agravo de instrumento, previsto na Lei n.º 12.275/2010, observando-se o seguinte:*

*VI - Os valores alusivos aos limites de depósito recursal serão reajustados **anualmente** pela variação acumulada do INPC do IBGE dos dois meses imediatamente anteriores, e serão calculados e publicados no **Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho** por ato do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, tornando-se obrigatória a sua observância a partir do quinto dia seguinte ao da publicação.*

*VIII - O depósito judicial, realizado na conta do empregado no FGTS ou em estabelecimento bancário oficial, mediante guia à disposição do juízo, será da responsabilidade da parte quanto à exatidão dos valores depositados e deverá ser comprovado, nos autos, pelo recorrente, no prazo do recurso a que se refere, independentemente da sua antecipada interposição, observado o limite do valor vigente na data da efetivação do depósito, bem como o contido no item VI, salvo no que se refere à **comprovação do depósito recursal em agravo de instrumento, que observará o disposto no art. 899, § 7º, da CLT, com a redação da Lei n.º 12.275/2010.***

Art. 2º Excluir os Itens XII e XIV da Instrução Normativa n.º 3.

Art. 3º Determinar a republicação da Instrução Normativa n.º 3, com as alterações introduzidas por esta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor no dia 13 de agosto de 2010.

Diante do teor da Lei 12.275/10, assim como, da Resolução supra, formam-se correntes

favoráveis e contrárias ao novo regramento do agravo de instrumento, como exemplo, cite-se o respeitável posicionamento do Advogado Fernando Augusto de Vita Borges, em artigo publicado no site jurídico *jus navigandi*, no qual preconiza que:

(...) Vê-se, pois, sem muito esforço, que a exigência de depósito recursal para o agravo visa apenas impossibilitar ou dificultar o recurso, o que nos parece inconstitucional, à luz do disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal. (...) Ao determinar a sujeição do recurso de agravo de instrumento ao depósito recursal, está criando um embaraço financeiro para a parte que se sente prejudicada em relação a uma decisão judicial, obstando o livre acesso ao Poder Judiciário. (...) Não há justiça nessa lei, na medida em que ela retira dos pequenos empresários a possibilidade de acesso ao Poder Judiciário, fazendo uma clara – e inconstitucional – distinção entre aqueles que têm poder econômico e aqueles que não têm.

Por outro lado, vale destacar o entendimento do Órgão de Cúpula da Justiça Laboral Brasileira, onde em notícia disponibilizada rotineiramente em seu *site*, afirma que, o objetivo da lei é impedir o uso abusivo desse recurso, frequentemente interposto com intuito meramente protelatório, gerando efeitos perversos tais como o adiamento do pagamento de direitos trabalhistas, e a sobrecarga dos Tribunais Regionais do Trabalho e, em especial, o TST, fato que prejudica o julgamento de outros processos.

Em outras palavras, podemos asseverar que o aviamento dos agravos de instrumentos na processualística trabalhista, na sua grande maioria terminam por ensejar um verdadeiro dano marginal, prejuízo este oriundo da famigerada morosidade processual.

Ademais, para se ter uma ideia da ineficácia do multicitado recurso, conforme dados disponibilizados pelo próprio TST, somente no ano de 2009, foram interpostos 142.650 agravos de instrumento no TST, e apenas 5% foram acolhidos.

Diante de tais constatações, verifica-se na apreciação desta incipiente norma, um verdadeiro choque de princípios, quais sejam, de um lado o preceito da ampla defesa e do contraditório, de outra banda, o postulado da razoável duração do processo e efetividade judicial. Assim, diante dos casos práticos que observamos do no dia-a-dia forense chegamos à conclusão que o fato de se exigir o pagamento do depósito recursal para o aviamento do agravo, não se trata de um afrontamento ao exercício de se defender/recorrer em juízo, pois conforme dados/estatísticas do próprio TST, repita-se, a grande maioria dos agravos são protelatórios e não são acolhidos. Note-se que conforme o conhecido adágio popular “tudo em demasia é veneno”, também entendemos que a defesa judicial ou administrativa em excesso, no nosso sentir, torna-se um abuso de direito, comparável àquele que litiga de má-fé. Assim, nada mais louvável do que se homenagear a tão-almejada efetividade jurisdicional, através da edição de leis, como a ora em discepção.

### 3 CONCLUSÃO

Por derradeiro, respeitando-se os entendimentos e posicionamentos em contrário, entendemos que a Lei n.º 12.275/2010 é uma norma jurídica constitucional, pois em sintonia com a legislação e os princípios que norteiam o ordenamento jurídico pátrio (dignidade da pessoa humana do trabalhador, razoável duração do processo e devido processo legal), sem se olvidar que se trata de diploma normativo elaborado em total harmonia com os anseios dos jurisdicionados que almejam ardentemente uma Justiça econômica, célere e efetiva, concretizando-se em toda sua amplitude e integralidade o postulado do acesso à justiça (art. 5º, inc. XXXV, CF/88).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942. *Lei de Introdução ao código civil*. Organização do texto; Yussef Said Cahali. São paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. 148-153 p.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. *Consolidação das Leis do Trabalho*. Disponível: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2007.  
CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis de trabalho / Valentin Carrion. 33ª ed. atual. por Eduardo Carrion. São Paulo: Saraiva, 2008.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. 7ª ed. São Paulo: Ltr, 2009.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

<<http://jus.uol.com.br/revista/texto/16958>>